

Regularização

20 de Dezembro de 2019 , 11:56

Atualizado em 07 de Fevereiro de 2020 , 15:12

Programa Estadual de Regularização Fundiária Rural

O Programa Estadual de Regularização Fundiária Rural é uma das principais ações do Governo de Minas Gerais, para garantir a democratização do acesso às terras devolutas (sem registro). É um fator de solução de conflitos sociais, garantia do direito à terra e a melhoria da qualidade de vida de agricultores e agricultoras, promovendo a cidadania no campo. Além da garantia da posse da terra, o beneficiário passa a ter a possibilidade de acesso a várias linhas de crédito e de financiamento para o plantio, como o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf).

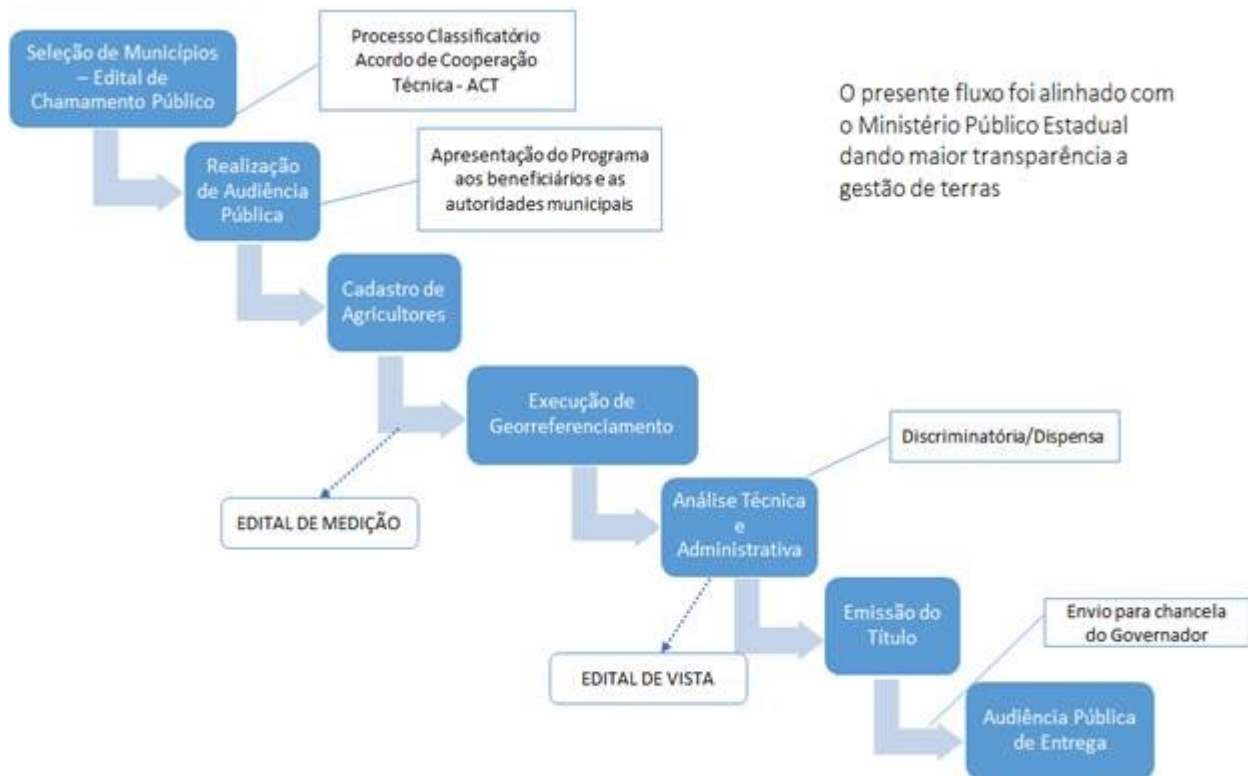
O programa é executado por meio de etapas:

1. Seleção dos municípios por meio de Edital de Chamamento Público
2. Realização de Audiência Pública para apresentação do plano de trabalho no município dando maior transparência ao processo
3. Realização de mutirão de Cadastramento dos posseiros, em parceria com a Emater-MG
4. Execução do Georreferenciamento dos posseiros cadastrados
5. Análises técnicas dos processos de regularização fundiária
6. Caso o posseiro se enquadre no programa, o título de propriedade rural é emitido e assinado pelo Governador do Estado de Minas Gerais.

Documentos para o Cadastramento

Os posseiros interessados em fazer o cadastramento deverão comparecer aos postos de atendimento munidos dos documentos pessoais (carteira de identidade, CPF e certidões de nascimento ou casamento) e dos documentos que comprovem a posse (declaração de STTR, Emater, CMDRS e prefeitura; contratos de particulares que versem sobre cessão ou transferência, a qualquer título, do imóvel rural; conta de luz; CCIR; ITR; CAR; cartão de produtor rural – Inscrição Estadual; cadastro perante o IMA, IEF, Igam etc.; recibos ou notas fiscais relativos a insumos utilizados na propriedade; recibos ou notas fiscais relativos a negociação de bens ou produtos agrícolas ou animais, dentre outros).

Fluxograma da Regularização Fundiária Individual



Situação dos Processos de Regularização Fundiária Individual

Os processos de regularização fundiária podem ser localizados no site do Sistema Eletrônica de Informações (SEI) pelo nome do beneficiário ou nome do imóvel por meio do link: <https://bit.ly/3bmRHrR>

Regularização Fundiária para Povos e Comunidades Tradicionais

A Regularização Fundiária de Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais é uma das atribuições do Estado de Minas Gerais e se dá por meio de titulação coletiva, gratuita, inalienável, indivisível e por prazo indeterminado.

Territórios tradicionalmente ocupados são os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, podendo ser utilizados de forma permanente ou temporária.

Povos indígenas e quilombolas: observar o disposto no art. 231 e o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República, combinados com as regulamentações pertinentes.

A política para o desenvolvimento sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais está previsto na Constituição do Estado e na Lei Estadual nº 21.147/2014.

Fluxograma da Regularização Fundiária Coletiva

Regularização Fundiária para Povos e Comunidades Tradicionais



Processos de Regularização Fundiária Rural de Povos e Comunidades Tradicionais

Na tabela abaixo, está a relação dos processos administrativos das comunidades tradicionais que solicitaram ao Estado a regularização fundiária de seu território. Para acessar as informações, é preciso obter o número do processo e inserir os dados no site do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), que pode ser acessado neste link: <https://bit.ly/3bmRHrR>

Nº DO PROCESSO	INFORMAÇÕES
1640.01.0001932/2018-82	Regularização fundiária do território tradicional da comunidade quilombola e apanhadora de flores sempre-vivas de Raiz , localizada em Presidente Kubitschek/MG
1640.01.0001609/2018-73	Regularização fundiária do território tradicional das comunidades quilombolas de Virgem da Lapa/MG .
1640.01.0000005/2019-19	Regularização fundiária do território tradicional da comunidade quilombola Lapinha , localizada em Matias Cardoso/MG.
1640.01.0001929/2018-66	Regularização fundiária do território tradicional das comunidades veredeiras São Joaquim, Barra do Tamboril e Cruz de São Joaquim , localizadas em Januária/MG.
1640.01.0001606/2018-57	Regularização fundiária do território tradicional das comunidades geraizeiras Núcleo Josenópolis , localizado na região de Grão Mogol/MG.
1640.01.0001598/2018-79	Regularização fundiária do território tradicional das comunidades geraizeiras Núcleo Tingui , localizado na região de Grão Mogol/MG.
1640.01.0000007/2019-62	Regularização fundiária do território tradicional das comunidades geraizeiras Núcleo Lamarão , localizado na região de Grão Mogol/MG.
1640.01.0001703/2018-57	Regularização fundiária do território tradicional da comunidade vazanteira da Ilha de Pau Légua , localizada em Manga/MG.
1640.01.0001702/2018-84	Regularização fundiária do território tradicional da comunidade vazanteira de Pau Preto , localizada em Matias Cardoso/MG.
1640.01.0000006/2018-89	Regularização fundiária do território tradicional do Povo Pataxó Gerú Tucunã , localizada em Açucena/MG.
1640.01.0001838/2018-98	Regularização fundiária do território tradicional da comunidade agroextrativista e artesã Cabeceira do Piabanha , localizada em Salto da Divisa/MG.
1640.01.0001960/2018-05	Regularização fundiária do território tradicional da comunidade quilombola e apanhadora de flores Sempre-vivas Mata dos Crioulos , localizada em Diamantina/MG.
1640.01.0001959/2018-32	Regularização fundiária do território tradicional da comunidade quilombola e apanhadora de flores Sempre-vivas Vargem do Inhaí , localizada em Diamantina/MG.
1640.01.0000678/2018-87	Regularização fundiária do território tradicional da comunidade quilombola Córrego Quilombo , localizada em Minas Novas/MG

Terras Devolutas e Terras Arrecadadas Matriculadas

O banco de dados digital dos imóveis rurais com áreas superiores a 100 hectares, arrecadados via ação discriminatória administrativa, estão georreferenciados e disponíveis em formato vetorial (Keyhole Markup Language e shapefile) no site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por meio do link: <https://bit.ly/2S6zmHZ>

Peças Técnicas

As peças técnicas dos imóveis rurais titulados pelo Estado podem ser acessadas por meio do link: <https://bit.ly/2S6JjoJ>

Indicadores e Resultados

O acompanhamento da execução orçamentária prevista no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), pode ser feita por meio do Portal da Transparência do Governo de Minas, que pode ser acessado pelo link: <https://bit.ly/2H4CcqF>

[Enviar para impressão](#)